

Região de Turismo de Setúbal (Costa Azul)

Aviso n.º 9366/2005 (2.ª série). — Para os devidos efeitos torna-se público que, por deliberação da comissão executiva de 6 de Julho de 2005, foi aprovada uma adenda ao contrato a termo certo celebrado com Fernanda Estela Espinho da Silva de Paiva como telefonista, renovando-o pelo período de três anos, a partir de 22 de Julho de 2005, ao abrigo do n.º 2 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprova o Código do Trabalho. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Eufrázio Filipe Garcez José*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Despacho (extracto) n.º 22 334/2005 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral de Protecção das Culturas de 31 de Agosto de 2005 e a anuência do presidente do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça:

Maria José Quadrio Ferro de Matos Rodrigues, assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça — autorizada a transferência com idêntica categoria e carreira para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção das Culturas, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Outubro de 2005. — O Director de Serviços de Gestão, Administração e Apoio Técnico, *Jaime Vidal Abreu*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

Aviso n.º 9367/2005 (2.ª série). — Faz-se público, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que se encontra vago o seguinte cargo de direcção intermédia de 1.º grau do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA):

Director de serviços de Gestão e Administração.

Requisitos legais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da lei indicada.

Perfil — domínio de conhecimentos, experiência em matéria de gestão e recursos humanos, financeiros, patrimoniais e sistemas informáticos; experiência comprovada na área de actuação, designadamente em termos de responsabilidade de coordenação e chefia. Composição do júri:

Presidente — Professor José Manuel Abecassis Empis, presidente do INIAP.

Vogais:

Dr. Jaime António Amorim Ribes, coordenador do Gabinete de Apoio da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa.

Dr. Vítor Manuel Sanches Lucas, coordenador do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Gabinete de Informática da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa.

Métodos de selecção — avaliação curricular e entrevistas públicas.

Área de actuação — para além das funções de conteúdo genérico definidas no n.º 1 do artigo 8.º e no anexo II da lei indicada, abrange o exercício das competências atribuídas pelo artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 101/93, de 2 de Abril: gestão administrativa e organização de recursos humanos, financeiros, patrimoniais e informáticos; organização de comunicações e gestão da rede informática.

Local de trabalho — Lisboa.

Data da publicitação na BEP — 2 de Novembro de 2005.

As candidaturas deverão ser remetidas no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso acompanhadas de *curriculum vitae*, comprovativos dos requisitos legais de provimento e outros elementos que o candidato entenda relevantes, dirigidas ao presidente do INIAP, Rua de Barata Salgueiro, 37, 3.º, 1250-042 Lisboa.

11 de Outubro de 2005. — O Presidente, *José Empis*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

Aviso n.º 9368/2005 (2.ª série). — Por despacho do conselho de administração de 4 de Outubro de 2005, foi autorizada a concessão de licença sem vencimento, por 90 dias, ao técnico superior III Luís Manuel Vieira Pires, com efeitos a partir de 1 de Novembro do corrente ano.

17 de Outubro de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Hernâni Machado Duarte*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Deliberação (extracto) n.º 1416/2005. — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado, por escolha, de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, precedida de publicitação da vaga na bolsa de emprego público e em órgão de imprensa de expansão nacional; Considerando a experiência e o perfil profissionais demonstrados em sede de apreciação das candidaturas:

A direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, por deliberação de 30 de Setembro de 2005, nomeou, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o Dr. José António da Cruz Paiva e Costa, no cargo de director de serviços, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, por considerar ser, de entre os seis candidatos, o que possui experiência e perfil profissionais que melhor se adequam ao cargo de director de serviços Financeiros e Patrimoniais a prover. A nomeação produz efeitos a 1 de Outubro de 2005.

A publicitação da vaga foi efectuada no *Diário de Notícias* e na bolsa de emprego público no dia 12 de Junho de 2005 e em anexo publica-se a nota curricular do nomeado. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2005. — Pela Direcção, o Vice-Presidente, *Francisco Carvalhal*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados biográficos:

1.1 — Nome — José António da Cruz Paiva e Costa;

1.2 — Data de nascimento — 6 de Julho de 1964;

1.3 — Naturalidade — Lisboa;

1.4 — Morada — Praça de Francisco Morais, 2, 1.º, direito, 1700-201 Lisboa.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas.

3 — Carreira e actividade profissional:

De 1 de Janeiro de 2003 a 30 de Setembro de 2005 — técnico superior do quadro de pessoal do LNEC e director de serviços financeiros e patrimoniais, em regime de comissão de serviço;

De 1 de Outubro de 1998 a 31 de Dezembro de 2002 — técnico superior colocado na Direcção dos Serviços de Administração, no Sector de Estudos Financeiros e Patrimoniais, no LNEC;

De 7 de Agosto de 1995 a 30 de Setembro de 1998 — técnico superior colocado no Gabinete de Programação e Controlo do LNEC;

De 1 de Julho de 1993 a 7 de Agosto de 1995 — programador-adjunto, da carreira de informática do LNEC.

Deliberação (extracto) n.º 1417/2005. — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 1 do artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado, por escolha, de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, precedida de publicitação da vaga na bolsa de emprego público e em órgão de imprensa de expansão nacional; Considerando a experiência e o perfil profissionais demonstrados em sede de apreciação das candidaturas:

A direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, por deliberação de 1 de Setembro de 2005, nomeou, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o engenheiro José Duarte Gonçalves Lagoas, no cargo de chefe de divisão, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, por considerar ser, de entre

os nove candidatos, o que possui experiência e perfil profissionais que melhor se adequam ao cargo de chefe de divisão de Sistemas de Informação de Gestão a prover. A nomeação produz efeitos a 1 de Outubro de 2005.

A publicitação da vaga foi efectuada no *Diário de Notícias* e na bolsa de emprego público no dia 12 de Junho de 2005 e em anexo publica-se a nota curricular do nomeado. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2005. — Pela Direcção, o Vice-Presidente, *Francisco Carvalhal*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — José Duarte Gonçalves Lagoas.
Data de nascimento — 19 de Março de 1955.
Estado civil — casado.

Habilitações académicas — licenciatura em Engenharia Electrotécnica, ramo de Energia e Sistemas de Potência, pelo Instituto Superior Técnico.

Categoria profissional — especialista de informática de grau 3, nível 2, da carreira técnica superior de informática do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças.

Cursos profissionais:

Curso de programador/analista de aplicações de gestão, promovido por Instituto de Tecnologias Avançadas para a Formação, L.^{da}, em 3 de Março de 1987;
Curso/estágio, no Instituto de Informática, de entrada na carreira técnica superior de informática, em 1988.

Experiência profissional:

a) Como formador em informática:

No ITA — Instituto de Tecnologias Avançadas para a Formação, L.^{da}, de Setembro de 1987 até Dezembro de 1988;
No CITEFORMA — Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias entre 1992 e 1994;

b) Como técnico de informática:

Programação de aplicações (linguagem C) e concepção de bases de dados (SGBD Oracle) no âmbito do sistema INFOCID — Serviço disponível no VIDEOTEX (rede da TELEPAC) em ambiente Unix — 1992-1993;
Chefe de divisão do Gabinete de Informática do Instituto Português da Juventude de 1994 a 1997;
Implantação de um ambiente (baseado em Linux e MySQL) *Open Source* para criação da base de dados para suportar o PNRD (Programa Nacional de Recolha de Dados da Pesca) e desenvolvimento de aplicações em PHP para fornecimento da informação — 2004-2005.

Deliberação (extracto) n.º 1418/2005. — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 1 do artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado, por escolha, de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, precedida de publicitação da vaga na bolsa de emprego público e em órgão de imprensa de expansão nacional;
Considerando a experiência e o perfil profissionais demonstrados em sede de apreciação das candidaturas:

A direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, por deliberação de 1 de Setembro de 2005, nomeou, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o engenheiro Álvaro Fernando Correia Milagaia no cargo de chefe de divisão, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, por considerar ser, de entre os quatro candidatos, o que possui experiência e perfil profissionais que melhor se adequam ao cargo de chefe de divisão de Instalações a prover.

A publicitação da vaga foi efectuada no *Diário de Notícias* e na bolsa de emprego público no dia 12 de Junho de 2005, e em anexo publica-se a nota curricular do nomeado. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2005. — Pela Direcção, o Vice-Presidente, *Francisco Carvalhal*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados biográficos:

Nome — Álvaro Fernando Correia Milagaia.
Data de nascimento — 7 de Novembro de 1952.
Naturalidade — Constância, distrito de Santarém.

2 — Habilitações:

Académicas — licenciatura em Engenharia Civil, ramo de Estruturas, pelo IST;
Profissionais — frequência de diversos cursos e participação em vários congressos, seminários e encontros, no âmbito da formação complementar em engenharia civil.

3 — Carreira e actividade profissional:

De 1996 a 2005, como técnico superior, desenvolveu a sua actividade na Divisão de Instalações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, elaborando processos/projectos de obras de construção/conservação das instalações e fiscalizando as respectivas obras;
De 1991 a 1995, foi chefe de divisão de Fiscalização do Departamento de Edificações Urbanas na Direcção de Serviços de Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), em Macau;
De 1988 a 1991, exerceu funções como técnico superior, na DSSOPT, em Macau, na área da fiscalização e licenciamento de obras particulares;
De 1985 a 1988, exerceu funções como técnico superior no Centro de Documentação e Informação Técnica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, nas áreas da exploração e informação documental;
De Julho de 1968 a 1985, exerceu diversas funções de natureza técnica, designadamente na área da manutenção, experimentação e como desenhador de construção civil, tendo prestado o serviço militar obrigatório de Julho de 1973 a Outubro de 1975.

Deliberação (extracto) n.º 1419/2005. — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 1 do artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado, por escolha, de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, precedida de publicitação da vaga na bolsa de emprego público e em órgão de imprensa de expansão nacional;
Considerando a experiência e o perfil profissionais demonstrados em sede de apreciação das candidaturas:

A direcção do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, por deliberação de 1 de Setembro de 2005, nomeou, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, a Dr.^a Ana Paula Seixas Morais, no cargo de directora de serviços, em regime de comissão de serviço, por um período de três anos, por considerar ser, de entre os nove candidatos, a que possui experiência e perfil profissionais que melhor se adequam ao cargo de director de serviços de Recursos Humanos a prover.

A publicitação da vaga foi efectuada no *Diário de Notícias* e na bolsa de emprego público no dia 12 de Junho de 2005 e em anexo publica-se a nota curricular da nomeada. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2005. — Pela Direcção, o Vice-Presidente, *Francisco Carvalhal*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Dados biográficos:

Nome — Ana Paula Seixas Morais;
Data de nascimento — 29 de Janeiro de 1961;
Naturalidade — Lisboa;
Morada — Lisboa.

2 — Habilitações:

Académicas — licenciatura em Direito;
Profissionais — curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP) em 2003-2004 e diversas acções de formação no âmbito do direito administrativo e dos recursos humanos.

3 — Carreira e actividade profissional:

2003-2005, assessora do quadro de pessoal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e directora de serviços de recursos humanos, em regime de comissão de serviço;